

O USO DA HISTÓRIA ORAL NO PROCESSO DE ESCUTA ÀS MULHERES, MÃES DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: “PODE A MULHER SUBALTERNA FALAR?”

Caroline Delfino dos Santos¹

Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima²

Rosane Cristina de Oliveira³

Resumo: O presente artigo analisa o conceito de subalternidade à luz das contribuições de Spivak (2010). Objetivamos identificar traços de subalternização no diálogo entre a escola e as mães de crianças com deficiência, na medida que a primeira intenta falar dos sujeitos e não com os mesmos ou seus responsáveis, representados na maioria das vezes pelas mães. O estudo em questão apontou-nos que, apesar da escola ser um espaço regido por mulheres segue reproduzindo marcas históricas de silenciamento das vozes femininas. Nesse contexto, a história oral contribui para elucidação das experiências de tais mulheres no processo de acompanhamento do cotidiano dos filhos com deficiência e os conhecimentos advindos de suas táticas.

Palavras-Chave: Subalternidade; Silenciamento; Vozes femininas.

Abstract: The present article presents an analysis of the concept of subalternity in light of the contributions of Spivak (2010). The aim is to identify subalternization traits present in the dialogue between the school and the mothers of children with deficiency, insofar as the first one, while supporting the discourse in favor of special inclusion, tries to talk about the subjects and not with themselves or their parents, almost always represented by the figure of the mothers. It is observed that despite the school, being a space governed by women, it continues reproducing historical marks of silence of the feminine voices. In this context, the study and practice of Oral History contribute to the elucidation of the experiences of women in the context of monitoring the daily life of children with deficiency and the knowledge derived from their tactics.

Keywords: Subalternity; Silencing; Female voices.

1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes na Universidade do Grande Rio; Professora e orientadora educacional na rede pública de ensino de Duque de Caxias/RJ. E-mail: carol.delfino.santos@gmail.com.

2 Pós-Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: jacapili.jl@gmail.com.

3 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio. E-mail: rosanecrij@unigranrio.edu.br.

Considerações iniciais

Gayatri Chakravorty Spivak, professora de Ciências Humanas da Universidade de Columbia, encontra-se entre importantes nomes de intelectuais dos estudos pós-coloniais, consagrando-se no meio a partir da tradução de obras filosóficas de Jacques Derrida. De origem indiana e radicada nos Estados Unidos, faz parte da primeira geração de intelectuais após a independência do seu país (1947), debruçando-se sobre os estudos pós-coloniais e feministas. Contudo, em razão da sua crítica desconstrutiva é possível reconhecer que sua obra transita em diferentes áreas.

No campo da literatura objetiva chamar a atenção para a mulher pertencente às sociedades periféricas, entendendo ser a linguagem uma importante ferramenta ideológica para a reflexão sobre o exercício da soberania do masculino sobre o feminino. Em 1985, elabora o ensaio *Pode o subalterno falar?*, onde desenvolve uma densa crítica sobre os discursos assumidos por Deleuze, Foucault e demais estudiosos ocidentais que tratam academicamente as relações de poder. A partir de então, questiona o silenciamento do sujeito subalterno que, destituído do poder da voz, passa a ser representado por intelectuais que falam por si.

Em suas análises, Spivak (2010) critica a representação do sujeito do terceiro mundo nos discursos elaborados pelos teóricos acadêmicos, compreendendo que os mesmos reproduzem práticas hegemônicas ao falar por outrem, consolida-se assim uma prática colonizadora de saber e poder. A descentralização do sujeito favorece o seu não agenciamento resultando na ausência de protagonismo.

Ao pensar sobre a condição do subalterno, Spivak conclui que as mulheres constituem grupos identitários de extrema vulnerabilidade, silenciadas pela sociedade e por seus intelectuais. Assim, a autora traz à tona os conflitos pertinentes à representação da mulher lida a partir do viés cultural do mundo ocidental. Como exemplos, traz o contexto histórico das mulheres indianas submetidas ao processo de autoimolação quando viúvas - o *satiou suttee* - e o caso de uma jovem que ao suicidar-se, prática comum à mulheres solteiras grávidas, o faz menstruada

Daí o ponto nodal do ensaio redigido por Spivak: que o acadêmico não se utilize de sua posição para falar pelo subalterno. Para além desse posicionamento, a autora reivindica que as mulheres se posicionem em um lugar de enunciação, dada sua posição marginal na sociedade.

Spivak constrói importantes argumentos em torno da forma como os intelectuais silenciam os sujeitos subalternos. Tal prática incorre no risco de reproduzirmos relações de alteridade a partir da construção do “outro” como mero objeto de conhecimento. O interesse em falar pelo sujeito subalterno não seria também uma prática hegemônica?

É nesse contexto que o uso da história oral se inscreve como importante al-

ternativa para escuta e elucidação da trajetória, por vezes silenciosa, da pessoa com deficiência e suas famílias. Para uma melhor compreensão sobre os princípios do procedimento metodológico adotado, recorreremos às contribuições literárias de Meihy (2005).

Embora a trajetória da educação especial no Brasil venha buscando assumir aspectos de uma educação inclusiva, na prática as relações construídas com a pessoa com deficiência e suas famílias ainda se mostram rasas e superficiais, limitando-se ao prescrito nos diagnósticos. A educação especial ainda esbarra em variados fatores que vão desde a ausência de formação docente, à escassez de recursos, além da cultura de exclusão social que historicamente delimitou os espaços destinados à pessoa com deficiência, por vezes, identificada como inválida, incapacitada, defeituosa, excepcional e outras nomenclaturas que a desqualificam enquanto pessoa.

Diante da complexidade que envolve a temática, interessa-nos pensar a forma com que a escola, mesmo mostrando-se sensível e interessada no debate sobre a inclusão especial, intenta falar pela pessoa com deficiência e não com ela ou com seus responsáveis. A escola tende a emudecer a pessoa com a deficiência ou aquela que comumente acompanha sua rotina, sua mãe.

Importante pensarmos que apesar da escola ser tradicionalmente um universo feminino, seguimos reproduzindo práticas machistas sobre as mulheres, mães dos alunos com deficiência, na medida que não apenas as silenciemos como deliberamos juízo de valor em torno de sua maternidade.

Assim, o presente artigo se propõe a identificar marcas do silenciamento da mulher tal como apontado por Spivak, a partir da análise da relação construída pela escola com as mulheres mães de alunos com deficiência. O texto estrutura-se a partir do conceito de subalternidade, entendendo que as mulheres constituem grupos sociais fortemente marcados por processos de marginalização, mesmo em um cenário quantitativamente feminino como a escola. Em seguida, apontamos a história oral como um caminho alternativo à ausência de voz da mulher subalterna e demais sujeitos excluídos.

Análise do Conceito de Subalternidade à luz de Spivak

Originalmente a palavra subalterno, do latim *subalternus*, significa “aquele que depende de outrem: pessoa subordinada a outra”. Em análise ao livro *Pode o subalterno falar?* é entendido como sujeito excluído por estar à margem de uma estrutura política, social e econômica sendo, portanto, destituído de poder. Não por acaso, compõe segmentos socialmente minoritários que não exercem o direito à voz, sendo representado via ótica e discursos do homem ocidental. Fazer parte de uma categoria social desfavorecida o posiciona em um lugar de subordi-

nação em relação aos demais.

Para Spivak, o sujeito subalterno é aquele que é excluído dos diferentes espaços políticos e compõe as camadas mais baixas da sociedade, estando ele alienado dos meios de ascensão social e destituído das benéficas comuns aos estratos sociais dominantes. A autora cuida de estabelecer distinção entre o subalterno e o marginalizado. A primeira terminologia busca associar-se ao conceito gramsciano de proletariado “cuja voz não pode ser ouvida” (ALMEIDA, 2010, p. 12) e lembra ainda o sentido original da terminologia dentro do contexto social da Índia, seu país de origem, que é identificado como oficial subalterno no exército britânico.

Durante todo decorrer da obra, Spivak se utiliza dos termos (ao seu ver semelhantes entre si) “povo” e “classes subalternas”, para referir-se aos grupos e elementos sociais que compõem juntos uma categoria à parte da elite. Como tal, considera grupos dominantes estrangeiros, nativos subdivididos em regionais e locais. Cumpre lembrar que seu lugar de enunciação é a Índia.

Spivak remete-se à ausência de voz dos sujeitos excluídos e, ao contrário de suas expectativas, vê no intelectual não um veículo para que esses sujeitos possam falar, mas alguém que corrobora com seu emudecimento. Ao estudarem sobre a subalternidade não reivindicam o direito à voz dos excluídos, mas tentam falar em seu nome. O uso da linguagem no processo da tradução não favorece o devido agenciamento dos sujeitos, assim Spivak pauta sua crítica a partir da análise desses discursos de representatividade. Seu questionamento intitula seu livro e o quarto capítulo do mesmo.

Em sua escrita Spivak chama atenção para a forma como o sujeito de terceiro mundo vem sendo representado pelo homem ocidental, configurando-se como uma violência epistêmica, um claro projeto de constituição do sujeito colonial como Outro (SPIVAK, 2010, p. 47). Essa violência consiste na neutralização do Outro, por meio de sua invisibilização, extirpando-lhe qualquer chance de agenciamento próprio, emudecendo-o, oprimindo-o. É característico do opressor depreciar o lugar de enunciação do Outro ou mesmo negar sua fala. A autonomia no pensar e a capacidade de se auto agenciar descarta do intelectual pós-colonial e de qualquer outro, sua perspectiva salvacionista, descentralizando sua atenção e abalando seu protagonismo.

Se o universo dos subalternos compreende aqueles que estão posicionados à margem da sociedade, em razão do seu gênero a mulher é mantida no grupo dos silenciados “A construção ideológica do gênero mantém a dominação masculina. Se no contexto da produção colonial o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.” (SPIVAK, 2010, p. 67).

Spivak aborda mais diretamente o contexto de vulnerabilidade em que a mulher, especificamente a pobre e negra, é posicionada: um lugar ideologicamente

demarcado para que nele permaneça. A indiana, tal como boa parte das mulheres dos demais espaços do globo, é posta à margem, ocupando um lugar periférico sempre em condição inferior ao universo masculino.

A autora critica os moldes do feminismo assumido nos Estados Unidos e sua visão sobre as desigualdades entre homens e mulheres, uma visão quase sempre restrita às condições de trabalho e as disparidades entre os salários. É bem verdade que a divisão internacional do trabalho intensifica as relações de opressão das mulheres. Embora o debate sobre igualdade de direitos seja essencial na construção de uma sociedade mais justa e democrática, é importante nos atermos quanto as marcas de opressão impressas nos conflitos instaurados entre homens e mulheres mundo afora, mesmo aquelas manifestadas de forma subjetiva e velada.

A autora não apenas reflete sobre esse contexto de inferiorização da mulher como manifesta não ser papel do intelectual falar por ela, nem mesmo limitar a figura feminina ao seu objeto de estudos. É importante que o meio acadêmico, ao se debruçar sobre os estudos subalternos, crie mecanismos para que a mulher possa falar e assim assumir seu protagonismo.

O comportamento salvacionista adotado pela Europa em relação aos países periféricos fez com que os imperiais britânicos criminalizassem a prática do sati. A alteração da lei hindu via perspectivas do mundo ocidental sobre a prática indiana, não desemudeceu as mulheres. As que mantiveram a cultura do suicídio, o fizeram por vontade própria. Essa foi a narrativa construída para ler essas mulheres que seguem silenciadas.

Outro exemplo citado por Spivak diz respeito ao suicídio de uma jovem de 16 ou 17 anos, na Índia na década de 1940. O curioso fato da mesma estar menstruada desconstruía a tese de que pudesse estar grávida restando-lhe apenas a interpretação construída foi a de que a mesma tivesse sido conduzida por um gesto de delírio. A pesquisa com a família revela que a jovem fazia parte de uma organização política. Com base nessa informação, acreditou-se que seu suicídio tenha sido resultado de sua frustração por não conseguir executar um atentado contra uma autoridade do Estado.

Por ser alvo de constantes importunos do cunhado que lhe atribuíam o status de estar ficando velha para casar, de acordo com os costumes locais, essa também foi vista como uma possível motivação para o seu suicídio. O exemplo reafirma que o sujeito feminino subalterno não tem voz e ao tentar falar, ainda que por meio uma inscrição corpórea, não é ouvido: “Nunca se encontra o testemunho voz-consciência das mulheres. Tal testemunho não seria ideológico-transcendente ou ‘totalmente’ subjetivo, é claro, mas teria constituído os ingredientes para se construir uma contrassentença. (SPIVAK, 2010, p. 94).

As primeiras indagações sobre o caso da vida e morte da jovem Bhuvanewari conduziram à pesquisadora ao diálogo com a família e com uma filósofa. Em re-

posta aos seus questionamentos, Spivak obteve duas respostas: “a) Porque, quando suas duas irmãs, Saileswari e Râseswari, levaram vidas plenas e maravilhosas, você está interessada na infeliz Bhuvanewari? b) Perguntei as suas sobrinhas. Parece que foi um caso de amor ilícito.” (SPIVAK, 2010, p. 124). As observações captadas e transcritas por Spivak revelam que tanto o senso comum, quanto o meio acadêmico utilizam narrativas alinhadas aos roteiros pré-definidos para a mulher.

No Brasil, a subalternização da mulher em relação ao homem vem sendo alvo de contínuas reflexões e estudos. Embora as legislações vigentes apresentem avanços quanto ao direito feminino, nas relações cotidianas ainda encontramos vestígios de uma sociedade patriarcal, cuja história fundamenta-se através do exercício de opressão e machismo. A subserviência da mulher em relação aos diferentes segmentos revela aspectos de uma sociedade desigual. Esse ser tido como inferior até mesmo pela ciência sempre esteve à mercê dos comandos e diretrizes, ora do pai e marido, ora da sociedade, Igreja e Estado.

No contexto escolar, observamos que as manifestações de opressão, via silenciamento das mulheres, ainda que de forma velada, são reproduzidas em seu cotidiano. Para essa análise, trazemos como recorte a experiência de trabalho com as mulheres mães de alunos especiais cujas vozes também não são ouvidas.

O uso da História Oral na elucidação das vozes dos sujeitos

O estudo com as classes populares nos impõe reflexões sobre as relações de poder e saber e a história oral, nesse dado contexto, nos abre a possibilidade de desinibilizar os conhecimentos advindos da comunidade local a partir da escuta aos próprios alunos e suas famílias.

Nascida depois da Segunda Guerra mundial a partir do advento de importantes aparatos eletrônicos, em especial do gravador, a história oral vem sendo utilizada não apenas em pesquisas acadêmicas, como em outros espaços (empresas, comunidades, grupos familiares). Muito embora datada na década de 1950, na América Latina houve maior difusão a partir de 1980, após a ditadura militar, com a escuta aos exilados via entrevistas. Embora as estas façam parte do seu contexto metodológico, a história oral não se limita a elas. Ela engloba um ciclo de atividades previamente planejadas no qual as entrevistas precisam ser organizadas, autorizadas, gravadas, transcritas.

No Brasil, a história oral relaciona-se com os “estudos sobre mestiçagem, presença indígena, a problemática específica da mulher brasileira e, principalmente, o resultado de processos migratórios em nossa cultura (...)” (MEIHY, 2011, S/P) revelando maior aproximação com matrizes latino-americanas, diferenciando-se assim dos modelos externos oriundos da Europa e Estados Unidos.

De acordo com Meihy, um dos pioneiros no uso da História Oral no Brasil:

A história oral realiza-se num ciclo que parte da existência de um projeto, passa pela definição do grupo a ser entrevistado e depois de efetuada a gravação tem de ser vertida para o código escrito. É fundamental assumir a existência de dois códigos diferentes: a fala e a escrita. Mesmo projetos que se esgotam na recolha de gravações orais para se constituírem em “bancos de histórias” devem ter correspondentes escritos. O trabalho de transcrição leva em conta que entrevista é mais do que diálogo. Todo o gestual, lágrimas e silêncios fazem parte da performance. (MEIHY, 2011, S/P).

Meihy e Ribeiro (2011) apresentam a História Oral sob quatro gêneros: História oral de vida (aspectos mais biográficos, acompanha cronologicamente as fases da vida. Trata-se de uma narrativa com início, meio e fim), História oral testemunhal (compreende traumas individuais ou coletivos), história oral temática (caráter objetivo e por isso mais adotada no meio acadêmico) e tradição oral (transmissão de mitos e lendas de geração a geração).

Em nossos estudos, interessam-nos as contribuições advindas da história oral de vida, onde o colaborador apresenta algo específico, além de ter um perfil. A entrevista tem caráter aberto e parte de estímulos onde o entrevistador intervém o menos possível. A entrevista não objetiva a comprovação da narrativa, nem a promoção de confrontos em respeito ao valores e visão de mundo das pessoas. Não se trata de um trabalho de investigação da veracidade dos fatos narrados, uma vez que em um discurso é facilmente perceptível a presença de elementos como seleção da memória, heroicização do eu, apagamentos e silenciamentos.

Optamos por reproduzir o termo “colaborador” e assim manter a terminologia adotada por Meihy e Ribeiro (2011) para referir-se às pessoas que contribuem com suas narrativas por meio da entrevista oral. De acordo com Meihy e Ribeiro:

As várias ciências sociais estabelecidas nos séculos passados têm se valido do uso de entrevistas aplicando conceitos operacionais que, se vistos à luz das relações social e ético, se mostram pelo menos estranhos, como: informantes, atores sociais, sujeito/objeto de pesquisa. No caso da história oral, por acatar eticamente o interlocutor e colocá-lo como centro gerador de visões, por levar em conta além do seu papel de “fornecedor de dados” de “transmissor de informações”, ou “testemunho”, valoriza-se o conceito de colaboração. Reside aí uma das inovações da história oral mais humanizada. Note-se que colaboração não iguala as partes, mas convida a um trabalho participante em que os dois polos- os entrevistados e entrevistadores- são sujeitos ativos, unidos no propósito de produzir um resultado que demanda convivência. Decompondo o termo colaboração, temos três de seus ele-

mentos constitutivos e por eles chega-se à sua qualificação ética transformadora dos atos de trocas humanas. (...) Nos trabalhos em história oral, temos: co-laboração, como junção de fatores que comungam. Trata-se, pois de pensar processos de trabalho que nascem compartilhados, comprometendo os velhos princípios de alteridade em propostas com entrevistas. (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p.22-23).

A escolha pelo trabalho com história oral de vida justifica-se em razão da mesma trazer as pessoas excluídas ao cerne das discussões por meio de suas próprias vozes e assim fazer com que exerçam o protagonismo que lhe é devido. O caráter mediador e humano presentes na história oral, além da defesa para que a história deixe de ser contada apenas por outrem para ser contada pelo próprio autor da experiência, justificam o seu uso em espaços e estudos que intentem romper com o silenciamento do subalterno.

História de vida oral: A experiência de escuta à uma mulher, mãe de aluno com deficiência

Os relatos a seguir referem-se a uma entrevista realizada com a Sr^a Maria, 39 anos, mãe de uma criança com deficiência, aluno de uma dada escola pública municipal de Duque de Caxias/RJ. O principal objetivo consistia em desconstruir conceitos pré-delineados pela escola a partir da elucidação de suas práticas e trajetórias cotidianas no que se refere ao acompanhamento e assistência ao filho.

João é um aluno especial do 1º ano de escolaridade de 7 anos, criança alegre e comunicativa, com diagnóstico de TEA-Transtorno de Espectro Autista e RM-Retardo Mental. Em razão das dificuldades e limites encontrados no trabalho docente com o referido aluno, nos interessamos em conhecer a história de vida dessa mãe que, sozinha, resiste às reclamações e imposições diárias da escola, mais especificamente representadas pela figura da professora na busca pela garantia de uma educação formal a qual seu filho tem direito. Despertamos então para o prazer e urgência de trazer à tona o outro lado da história, a versão e visão da mãe e chefe da família de João. Não se trata então de dar a voz, mas de compartilhá-la a quem deveria tê-la por direito.

A entrevista possibilitaria que outros rumos se instaurassem para além das indagações cotidianas proferidas pela docência experienciada: “Ele foi medicado?” “Quando será a próxima consulta?” “Aconteceu algum problema hoje? Ele está tão agitado!!!” “E a médica, o que fala sobre esse comportamento?”. Perguntas que imprimiam um tom de acusação com insinuações de que a mãe pudesse ser imprudente no tratamento do filho, ou ausência deste. Um tom diferente surge e o monólogo perde a tônica, dando espaço a um possível diálogo, uma escuta. Um pedido, para (re)começar. As posições se invertem e a professora, no corpo de investigadora, se despe(de) de suas narrativas próprias sobre aquela mulher e

se propõe a ouvir. *Pode a subalternizada falar?*

Se os personagens mudam de papel, por que não mudarmos também o cenário? Diante da prontidão em se fazer ouvir, acordamos que o local mais adequado para essa entrevista seria a casa da colaboradora. Tal decisão articulava-se à necessidade de se conhecer um pouco mais da realidade social em que João encontra-se inserido, embora a entrevista não tivesse propriamente esse objetivo.

Os dois primeiros agendamentos, ambos no fim de semana, não chegaram a acontecer, o que nos motivou a pensar na possibilidade de a colaboradora ter mudado de ideia em relação ao trabalho. Sem desistir da entrevista, optamos por fazê-la em um dia chuvoso após o encerramento da aula. Passaram-se alguns minutos até que se organizasse e partimos para sua residência.

Tivemos receios quanto à garantia da realização e conclusão do trabalho pois, Maria além de João, tem outro filho menor. O momento escolhido não favorecia uma dona de casa. O dia já se encerrava e algumas atribuições de mãe solteira lhe aguardavam: lanche, banho, organização e preparo do material escolar para o dia seguinte, entretenimento para as crianças, jantar... Qual não fora nossa surpresa quando, ao chegarmos à casa, Maria como mãe experiente, põe suas táticas em ação: calmamente conduz as crianças até o quarto, o segundo dos três cômodos da pequena casa, prepara o D.V.D e negocia com os meninos a melhor opção de vídeo: aquela que contemple o desejo dos dois, difícil tarefa. O menor se impõe em relação ao mais velho como que de forma costumeira. Este por sua vez mesmo discordando não ousa desafiá-lo. As crianças pedem à mãe “a pipoca”, desejo este rapidamente substituído por biscoitos e suco. A mãe anseia em falar.

Gravador a postos. Começamos a *entre-vista*. Narrativa, memórias, discurso, seleção, heroização do eu. Apagamentos, silenciamentos. Choro, fê, sofrimentos. Traumas. Separação, superação, resistência, resiliência, sobrevivência.

O relato continha não apenas as trajetórias e dificuldades enfrentadas por uma mulher em contexto periférico, como também sinais de enfrentamento e superação da realidade. Torna-se, portanto, oportuno referendar tais experiências ao contexto do trabalho em questão: Trata-se da história de uma mulher de origem pobre, negra, que passou por inúmeras dificuldades na infância, a começar pela questão econômica que assolava a família:

Minha mãe teve três filhos e cuidou dos três filhos sozinha (...) nunca teve condições, sempre ganhou pouco. A gente é de família muito humilde. Nós somos da época que não tinha pão, a gente comia até farinha com café. Às vezes não tinha pão, a gente comia um aipim, comia um inhame, comia batata doce. Hoje, graças a Deus, os meus filhos eles têm um Nescau. Eu na época não tinha. Difícil eu beber um Nescau. Comi farinha com açúcar. Pingava até limão pra poder comer. Era uma coisa estranha, mas era o que matava a fome naquela época. (MARIA).

A colaboradora opta por narrar cronologicamente suas experiências e começa pela descrição do trauma de ter sido rejeitada na infância pela mãe, desde o seu nascimento ainda no hospital:

Ela sempre me desprezou. Tanto que quando eu nasci ela queria me dar já na maternidade. A minha tia que não deixou. Já tem esse histórico ruim e eu não sabia dessa história. Eu soube agora com trinta e poucos anos. Me senti muito triste porque ela sempre me maltratou muito, me chamava de burra, que eu não ia dar pra nada. Então isso me magoou demais (...) Quando eu fiz dezoito anos a minha mãe me botou pra fora de casa e eu fiquei perambulando pela rua porque não tinha aonde dormir. Sofri muito. Eu fui morar num quatinho que agora é a casa dela e esse quatinho só tinha ferramenta velha, rato, barata, lacraia. E eu fui morar ali só com a minha roupa do corpo, uma cobertinha que eu tinha e um travesseiro. Eu só tirei esse peso de dentro de mim quando eu conheci Jesus. (MARIA).

A ausência da figura paterna é lembrada por Maria como um marco na sua infância. Aos poucos, a partir do desenho do comportamento da mãe, delinea aspectos de uma mulher que sofreu os desígnios de ser mãe solteira:

Se eu fizesse uma coisa errada ela me chamava de burra. Aí eu fui descobrir o porquê que ela me tratava daquele jeito. Eu atribuo ao meu pai, porque de repente meu pai fez ela sofrer muito, então ela descontava em mim. E era só comigo. Não conheci meu pai, não sei quem é, não sei o nome, não sei a história dele, não tenho nem a figura, nenhuma referência. (MARIA).

O contexto socioeconômico apresentado a conduziu desde muito cedo a trabalhar, mesmo em funções informais, aumentando as estatísticas das crianças trabalhadoras nesse país:

Eu trabalho desde quatorze anos. Eu comecei vendendo revista Avon, Natura, aí comecei a vender pra ajudar. Eu faço bico, faço faxina, eu trabalho com roupas, vendo roupa. Eu corro muito atrás. Eu sou uma pessoa que eu faço o que aparecer, sempre fui de venda. Então sempre aparece coisas pra eu vender. Minha luta é muito grande, mas graças a Deus, Deus tem me ajudado. (MARIA).

Em sua história Maria relata ter optado por adiar a maternidade: “Eu nunca quis ter filho cedo por conta da responsabilidade.” Embora assumisse uma postura que contrariasse a lógica da sociedade em relação ao papel da mulher (a ma-

ternidade), Maria, ao relatar a experiência de uma união conjugal, revela seu “anjo do lar”, seu fantasma interior que a censura em razão do ex-companheiro, pai de João, ser mais novo. Atrelado a isso desenvolve uma relação de amor e cuidado com seu parceiro e provê-lhe o lar:

Eu o conheci trabalhando. Nós viramos amigos, e depois ele se apaixonou por mim e eu não queria por causa da diferença de idade, mas aí ele insistiu e nós começamos a nos conhecer, a namorar. E não demorou muito tempo. O namoro foi uns quatro meses, depois ele já vinha aqui pra casa, também com problemas na família, de alcoolismo. O padrasto e a mãe dele bebiam muito e não cuidavam dele, então, por conta disso, eu vendo que ele estava muito maltratado, eu falei pra ele que se ele quisesse vir pra minha casa, mas eu morava de aluguel, não tinha casa ainda... ele podia vir. Ele veio morar comigo porque dependia de mim pra lavar a roupa pra ele. A mãe dele trabalhava, bebia e só tinha tempo pro marido dela e eu mesmo que propus cuidar dele. Aí, ele veio morar comigo, logo depois de um ano, eu fiquei grávida do João. (MARIA).

A maternidade experienciada por Maria lhe trouxe mais evidências de que sua vida era muito difícil. Nos primeiros dias após o nascimento, recebeu a notícia de que a criança sofria de pneumonia e bronquiolite. Embora afirmasse ter receio da maternidade em razão dessa exigir-lhe muita responsabilidade, em nenhum momento deu deusas de que estivera arrependida da gestação e por quase um mês acompanhou seu filho em um leito de hospital:

Eu vi gente morrendo, vi gente nascendo, entendeu?! E olhava pra ele também e tinha dia que ele estava bem, tinha dia que ele já não estava mais bem. Então, em tudo aquilo ali eu me apeguei com Deus. O médico falou *Olha...* E eu falava *Como ele está?* Aí ele olhava pra mim e dizia pra mim que não estava bem. Mas o médico falava *A senhora tem fé? Cria em Deus!* Então eu me apeguei com aquelas palavras e fui acreditando que só Deus podia mudar aquela situação e Deus mudou. Ele ficou vinte e três dias lá. Tiveram que dar um sedativo pra ele muito forte porque ele se mexia muito e eles precisavam fazer os procedimentos. Já pequeno ele era muito agitado. E graças a Deus, depois disso Deus foi abençoando e cada dia ele foi melhorando. (MARIA).

Em sua fala, é perceptível a presença da fé como apoio para o enfrentamento das dificuldades e Maria acredita que só mesmo Deus para lhe dar forças para que mesmo operada pudesse acompanhar seu filho recém-nascido. Embora de resguardo, não pôde ter a presença do companheiro ao seu lado em tempo integral o que já evidencia a emergência da ampliação da licença paternidade como política

favorável não apenas ao desenvolvimento da criança, mas como um suporte para a mãe que assume sozinha a difícil tarefa de cuidar de um bebê.

Passados os meses iniciais, Maria passa a vislumbrar a possibilidade de matricular o filho uma creche pública como muitas mães o fazem com o intuito de trabalhar e assim aumentar a renda familiar. Destaca que inicialmente não conseguiu a vaga, tendo efetivado a matrícula algum tempo depois, onde por meio das observações da equipe docente recebe as primeiras informações sobre um possível distúrbio no desenvolvimento do seu filho. Paralelo a isso, tal como sua mãe, passa a criar seu filho sem a presença do pai:

O pai teve que ir embora e o João sofreu muito, porque quando ele foi pra creche nova descobriram, porque eu nem descobri, que ele tinha autismo. O laudo dele é autismo e retardo mental. E eles descobriram lá porque em casa ele ficava quietinho. Só que no meio de muitas pessoas ele fica muito agitado, mas em casa ele fica tranquilo, ele vê televisão... É uma criança normal. Só que no meio de muita gente ele fica agitado, agressivo, um pouco agressivo. Aí lá na creche eles fizeram uma reunião e falaram *Mãe, eh, nós queremos conversar com a senhora. Queríamos saber o comportamento do João como é, porque aqui na creche ele tem um comportamento... assim que a gente olha... tem uma certa deficiência. Não que nós estejamos falando que ele é maluco, não. Só que ele imagina as coisas. Imagina que o próprio João, que é ele, bateu nele, beliscou. Então a gente quer que a senhora o leve na doutora neuropediatra pra poder avaliá-lo, porque se ele tiver alguma necessidade, a senhora poder tratar. Entendeu!?* Elas conversaram comigo. *A senhora está disposta a cuidar dele?* (MARIA).

A oferta de vaga em uma creche pública não é apenas uma alternativa para as mães que não têm com quem deixar seus filhos para trabalhar. Muito mais do que um espaço destinado aos cuidados corporais, a creche é um espaço de demonstração de afetividade e desenvolvimento dos aspectos intelectuais, sociais, psicológicos e também motores. Quanto mais cedo a criança tiver acesso a estímulos dessa grandeza, melhor será seu desenvolvimento. Embora não seja esse o objetivo central da creche, diagnosticar anomalias e distúrbios, os docentes, cuidadores e equipe pedagógica, por meio da observação contínua, têm a oportunidade de identificar logo cedo possíveis problemas, e assim realizar os devidos encaminhamentos.

Diferente de muitas mães de crianças com deficiência, em nenhum momento Maria verbaliza ter passado pela fase da negação, onde comumente os pais rejeitam qualquer orientação de procurar o médico. Em resposta à equipe da creche, Maria posiciona-se:

Eu falei Estou. Estou disposta. Eu sou a mãe, eu tenho que cuidar. Aí me pergunta-

ram sobre o pai. *O pai dele teve um problema e ele achou melhor sair de casa, não foi nada comigo, foi dele mesmo e ele achou melhor sair de casa.* E ali eu comecei a cuidar dele, mas foi mais de dois anos até conseguir os laudos, tudo, pra conseguir os tratamentos, os exames. Ele fez vários exames até descobrirem. Todo tipo de exame ele fez de audição, tudo. Ele fez ressonância magnética, sabe? É um exame que faz da cabeça, que também entra numa máquina, faz sedado. E ali graças à Deus eu descobri, levei na doutora e constatou mesmo que ele tem autismo e retardo mental. (MARIA).

Eis que diante da dor, Maria revela-se resiliente e encontra forças para o enfrentamento dos obstáculos que sabia que encontraria pela frente, principalmente diante do “aborto masculino” realidade enfrentada por muitas mulheres mães de crianças com deficiência:

Fiquei muito triste, mas eu vi como um desafio porque eu não tenho domínio sobre nada, então eu falei *Meu Deus! A única coisa que eu posso fazer é cuidar, se o Senhor me deu o Senhor vai me dar condições de cuidar.* Fiquei triste, chorei, mas aí falei, *segurar essa barra sozinha?* e justamente quando descobri isso o pai dele nos abandonou, nos deixou e eu tive que ficar sozinha, sem salário, sem nada. (MARIA).

Ser/estar sozinha no cuidado com os filhos lhe traz algumas renúncias enquanto mulher:

Dois anos tem que eu não faço um preventivo, nem vou ao médico, porque às vezes eu não tenho com quem deixar e graças a Deus eu não fico doente. Pego um resfriadinho. Exame de sangue eu já até fiz, mas quem disse que eu consigo levar pro médico, porque toda vez que eu penso em mim acontece de eu precisar levar eles. Então, eu vivo pra eles. A minha recompensa, não vou nem dizer que está neles, está em Deus. Porque eu cuido mais deles do que de mim. Eu não posso me dar ao luxo de dizer que vou fazer meu cabelo. Às vezes eu deixo de pintar, que é uma coisa simples, pra comprar alguma outra coisa. Às vezes eu quero comprar pra mim, mas eu lembro que ele tá precisando, aí eu compro pra ele. (MARIA).

As adversidades da vida lhe oportunizaram a criação de táticas de sobrevivência. O abandono e o descaso do companheiro num momento difícil e em tantos outros pelos quais passou em decorrência de sua ausência a obrigaram a ser ainda mais forte:

Eu me propus a não ligar mais pra ele, a esquecer dele porque estava prejudicando

a minha saúde e eu preciso cuidar dos meus filhos, eu preciso cuidar da minha saúde. Eu estava ficando doente, eu estava emagrecendo, eu não estava dormindo e só de lembrar dele eu ficava com falta de ar, passando mal. E eu disse "Não, daqui a pouco eu vou morrer de desgosto." (MARIA).

Ao longo do seu discurso, Maria faz duas menções ao período da escola. No primeiro deles ela se reporta ao momento em que sofria os problemas com a mãe na juventude e em razão disso não conseguiu concluir seus estudos:

Eu sofria muito. Então eu não tinha cabeça para estudar. Eu chorava muito. Às vezes na escola eu chorava e a diretora me dava almoço e janta. Ela sabia da minha situação e me ajudava. Quando eu arrumei emprego ela me dava o dinheiro de passagem, ela falava que se eu quisesse eu poderia levar comida da escola pra jantar. Ela me ajudava naquilo que ela podia. (MARIA).

Em um segundo momento, revela-se como uma mulher mais fortalecida e reconhece a importância dos estudos. Assim, buscou na educação a esperança de um futuro melhor. A conclusão do Ensino Médio representou um grande desafio:

Graças a Deus terminei meu segundo grau. Tenho o segundo grau completo. Eu terminei velha. Tem uns cinco anos que eu terminei o segundo grau. Eu não me formei depois do João. EU ESTUDEI COM O JOÃO. Ele ia comigo. Eu levava o João e os professores até me conheciam. Eu ia na chuva, no sol. Eu falava *de qualquer forma eu tenho que terminar esse segundo grau*. Ele ia comigo e eu não tinha passe na época. Às vezes, eu chegava com o João todo molhado. Vinha de carrinho de bebê de lá pra cá andando a pé. Muito depois é que eu consegui o passe. (MARIA)

A infância difícil, a ausência do pai, a amargura pela relação construída com a mãe, um laudo médico e o abandono do companheiro fizeram com que Maria se fortalecesse e se tornasse uma mulher que busca ver a vida para além dos problemas. São essas mulheres que tomamos como exemplo de superação e resiliência na luta cotidiana que não é natural, mas que nos é posta.

A respeito de suas expectativas em relação à educação do filho, Maria faz a defesa pela escola de tempo integral e, diferente do que educação inclusiva prevê, se posiciona a favor de uma escola específica para crianças com TEA e preocupa-se com uma educação mais funcional para as demandas apresentadas pelo filho:

Olha, pra ele estar desenvolvendo mais na escola, eu acho que ele precisaria estar em uma escola integral, porque ele ia ter vários outros profissionais que iriam

ajudá-lo mais. Uma escola especialista para crianças autistas igual a ele. Ele ia aprender mais coisas, ele ia aprender até uma atividade pra quando ele estivesse maior. (MARIA).

Não temos por objetivo discutir a inclusão escolar da pessoa com deficiência, contudo, a escuta à mãe evidencia que nem todos são favoráveis e talvez a defesa por uma escola de atendimento específico represente sua frustração em relação à presente estrutura de ensino ao qual o filho encontra-se matriculado.

A história de vida de Maria é marcada ainda por uma extensa rotina de acompanhamento médico ambulatorial, além das atividades extraclasse que busca para o filho, como futebol e natação, conforme orientações dos profissionais que o atendem. Sua narrativa faz cair por terra algumas das construções elaboradas pela escola de que talvez os acompanhamentos e medicamentos tivessem sido pela mãe interrompidos. Daí tão emergencial que a escola pública periférica rompa com a ideia de falar pelos alunos e seus responsáveis antes mesmo de ouvi-los quanto as suas trajetórias. A colaboradora em questão vinha sendo responsabilizada pelo desempenho do filho mesmo antes de nos debruçarmos sobre o contexto social ao qual essa família encontra-se inserida: Uma casa que tem a frente uma mulher sem renda própria e que sozinha se divide entre cuidar dos filhos e se manter de pé.

A escuta revela o quanto as pessoas estão sedentas por falar e a uma das razões é que cotidianamente são silenciadas, oprimidas, subalternizadas. Nesse contexto, a história oral contribui para que essas vozes enfim sejam ouvidas. Cumpramos destacar que a entrevista foi submetida ao processo de transcrição, textualização e transcrição, conforme previsto pelas orientações de um projeto de história oral, além de ter sido autorizada pela colaboradora via Processo CAAE nº 54595316.4.0000.5283, Parecer nº 1500828 do Comitê de Ética em Pesquisa.

Considerações Finais

Embora Spivak remeta-se à subalternidade da mulher no cenário indiano, o bojo de suas discussões se sustenta a partir do aspecto silenciador que é atribuído às mulheres dentro de um contexto colonial, patriarcal e a forma como o homem ocidental, representado pela figura do intelectual, intenta se posicionar a seu favor falando por ela.

O questionamento proposto pela autora “*Pode o subalterno falar?*” e mais adiante “*Pode a mulher subalterna falar?*” seguiu como ponto crucial para o desenvolvimento do presente estudo impulsionando-nos a pensar as múltiplas formas de silenciamento impostas pela escola por mulheres a outras mulheres. Assim, optamos por trazer à tona um exercício de desconstrução desse ciclo de silenciamento a partir das contribuições da história oral, onde

a mulher subalterna passa a ser ouvida.

Procuramos, a partir das elucidações de Spivak sobre subalternidade, articular as formas de silenciamento citados pela autora às relações construídas na escola com as mulheres mães de crianças com deficiência. As análises em torno da escola, *lôcus* das nossas investigações, mostram que as relações de opressão e machismo são reproduzidas mesmo nos espaços tipicamente femininos, cabendo à mulher em especial, a mulher intelectual não negar à árdua tarefa de buscar meios para desconstrução de seu silenciamento. É nesse contexto que vimos no uso da história oral um caminho possível na desinvisibilização das trajetórias dos sujeitos subalternos.

Referências

ALMEIDA, S. R. G. Apresentando Spivak. In SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

----- RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral para empresas, universidades, comunidades, famílias.** São Paulo: Contexto, 2011.

----- A vez da história oral: José Carlos Bom Meihy, pioneiro da técnica, diz que o Brasil desempenha papel de destaque nesta linha de estudos [21 de setembro de 2011]. **Carta Capital.** Entrevista concedida a Gianni Carta. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/educacao/a-vez-da-historia-oral> . Acesso em 17/jan/2018

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

Recebido em julho de 2018.

Aprovado em janeiro de 2019.